

# Emenda mantém o sistema de voto proporcional

Comissão de Sistematização rejeita proposta que amplia composição da Câmara dos Deputados

EUGENIO NOVAES



Roberto Freire faz a defesa da proporcionalidade na representação da Câmara

## Parlamentarismo fica valendo por 5 anos

Com o apoio dos parlamentaristas, a Comissão de Sistematização aprovou ontem emenda do deputado Oscar Corrêa (PFL/MG), suprimindo o que restou do inciso II do § 4º do artigo 70, que prevê os valores proibidos de serem modificados na Constituição, através de emendas. Ficou assim riscado o texto "o sistema parlamentar de governo", sob a garantia de estar assegurado por cinco anos, de acordo com o artigo 2º das Disposições Transitórias. O senador J. J. Passarinho (PDS/PA), que presidia a reunião, deixou claro ao plenário que o grupo parlamentarista abria mão da perpetuidade do sistema pelo período garantido mais adiante.

Com o apoio dos parlamentaristas, a Comissão de Sistematização aprovou ontem emenda do deputado Oscar Corrêa (PFL/MG), suprimindo o que restou do inciso II do § 4º do artigo 70, que prevê os valores proibidos de serem modificados na Constituição, através de emendas. Ficou assim riscado o texto "o sistema parlamentar de governo", sob a garantia de estar assegurado por cinco anos, de acordo com o artigo 2º das Disposições Transitórias. O senador J. J. Passarinho (PDS/PA), que presidia a reunião, deixou claro ao plenário que o grupo parlamentarista abria mão da perpetuidade do sistema pelo período garantido mais adiante.

O argumento utilizado pelos presidencialistas pa-

culpa de haverem os presidencialistas dado seu voto para retirar a forma republicana em homenagem aos que defendiam a monarquia". Logo depois a emenda foi aprovada por 73 votos contra 6 e três abstenções.

Nelson Carneiro foi autor de emenda que modificou o artigo 95, sobre as competências de pronunciamiento do Conselho da República. A matéria destacada por várias lideranças partidárias, foi aprovada por 57 votos contra 14 e 12 abstenções. Além de adaptar o texto à disposições aprovadas recentemente pela Sistematização (Câmara Federal para Câmara dos Deputados, por exemplo), a emenda prevê que ao Conselho compete pronunciar-se sobre o estado de defesa e o estado de sítio.

## Moreira luta por reforma tributária

Rio — Tentar mudar o Regimento Interno da Constituinte para impedir a aprovação do anteprojeto que permite a implantação da reforma tributária no Brasil é, na opinião do governador Moreira Franco, uma profunda agressão aos Estados e aos municípios, que com isto serão atingidos na sua autonomia. O governador do Rio prometeu desdobrar-se em contatos telefônicos a partir de amanhã, quando começa a ser votada a reforma, para unir os parlamentares e garantir a sua aprovação na Comissão de Sistematização.

Moreira revelou que já conversou com Orestes Quércia, Pedro Simon e Miguel Arraes pedindo que também se manifestem.

Mesmo não estando em votação, indiretamente o voto distrital foi ontem inviabilizado pela Comissão de Sistematização, ao aprovar por 61 votos, contra 27 e três abstenções, emenda dos deputados Brandão Monteiro (PDT-RJ), Enoc Vieira (PFL-MA) e liderança do PT que estabelece o voto proporcional. A emenda aprovada, contrapunha-se, ao texto do substitutivo de Bernardo Cabral que remetia a questão para a legislação ordinária.

A favor do voto proporcional falaram os deputados José Jorge (PFL-PE) e Antônio Mariz (PMDB-PE) e, mais em defesa do voto distrital do que propriamente do texto do relator, pronunciaram-se os deputados Israel Pinheiro (PMDB-MG) e Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) além do relator José Fogaça (PMDB-RS), que tentou convencer os constituintes do "equivoco e preconceito" estabelecido ao relacionar o sistema eleitoral ao sistema de governo.

Fogaça fez a advertência principalmente em função da fala de Antônio Mariz, que disse ser o voto proporcional uma exigência do sistema parlamentarista já aprovado pela Comissão de Sistematização. Para ele, o voto proporcional representa um avanço na política eleitoral e "acatar o voto distrital, majoritário, é retroceder". Mariz lembrou ainda que segundo pesquisa realizada pelo SERPRO, somente dois países empregam hoje o voto distrital. Também o deputado José Jorge baseou seu discurso na tese de que seria uma "inovação" voltar ao voto distrital.

Já o deputado Israel Pinheiro, ao tentar convencer seus companheiros de votar contra o voto proporcional, argumentou que o atual sistema permite e estimula a divergência entre políticos até mesmo de um só partido, colocando a campanha política eleitoral como a principal "destruidora" dos partidos políticos. E, para exemplificar, Pinheiro citou os deputados Ulysses Guimarães e Luiz Inácio Lula da Silva, "que poderiam ter corrido o Estado de São Paulo".

A tese foi reforçada com os argumentos de Osvaldo Coelho (PFL-PE), ressaltando que o federalismo brasileiro está a cada ins-



Cardoso Alves (D) foi à Sistematização para pedir apoio à tese dos paulistas

Paulo pedindo votos para seus companheiros, mas o que vimos foi os dois fugindo da praça pública".

### REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS

Foi também derrubada ontem pela Comissão de Sistematização a emenda do deputado Haroldo Sabóia (PMDB-MA) que pretendia ampliar a representação dos Estados na Câmara. Por 52 votos contra, 37 a favor e três abstenções, os constituintes rejeitaram a emenda 32.146 que estabelecia para a Câmara Federal uma composição de 542 representantes. Com isso, o Estado de São Paulo, que já tem 60 deputados, passaria a contar com mais 20 limitando em 80 o número de representantes para cada Estado e mantendo em oito o número mínimo de participação por unidade federativa.

Nelson Jobim (PMDB-RS) e Roberto Freire (PCB-PE) se encarregaram de defender a emenda, ressaltando que a limitação da atual proporcionalidade foi um "erro histórico", conscientemente mantido pelas Constituições brasileiras, por interesse do regime militar implantado no País depois de 1964. "Não podemos ter medo de resgatar o que nos foi tirado pela ditadura", disse Roberto Freire, acrescentando que "o Brasil tem no Parlamento a sua representatividade e tem que respeitar a proporcionalidade se quiser ser democrático".

José Jorge (PFL-PE) alertou para o fato de a emenda trazer embutido o aumento da representatividade do Estado de São Paulo — "o Estado mais poderoso deste País e que já tem 60 representantes na Câmara Federal". Ele acha que se for aumentado o número de deputados federais — hoje são 479 —, além de representar um ônus a mais para o próprio povo, se correria o risco de dar ao Estado de São Paulo condições de se tornar uma força determinante no Congresso Nacional.

A tese foi reforçada com os argumentos de Osvaldo Coelho (PFL-PE), ressaltando que o federalismo brasileiro está a cada ins-

tante sendo ameaçado. Ele afirmou que hoje, os Estados menores já são discriminados e impedidos de uma participação efetiva na direção do País, à medida que não têm acesso a Ministérios e nem ao menos a cargos do segundo escalão.

### APOSENTADORIA DAS JUÍZAS

E as mulheres que atuam na magistratura também não puderam comemorar ontem. Através de emenda ao artigo 135, de autoria do senador Maurício Corrêa (PDT-DF), as juízas queriam que lhes fosse considerada compulsória a aposentadoria, com vencimentos integrais, por invalidez ou aos 70 anos de idade, e facultativa aos 25 anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura. Aos homens da categoria a aposentadoria seria facultativa aos 30 anos de serviço.

A matéria foi considerada discriminatória pelos parlamentares que discutiram contra a emenda: senador José Ignácio Ferreira (PMDB-ES) e deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE). "Por que uma juíza teria direito à aposentadoria dez anos antes que qualquer outra trabalhadora comum deste País?", perguntou o senador. Para ele, a proposta é uma discriminação contra a qual as próprias mulheres também se batem.

Beth Azize (PSB-AM) foi a grande defensora da aposentadoria especial para as juízas, por entender que a aprovação da emenda seria meio caminho andado para se estender a todas as mulheres trabalhadoras do País o direito de também se aposentarem aos 25 anos. "Não estou aqui para pedir que se institucionalize privilégios, mas exatamente porque somos contra a discriminação a que estão submetidas as mulheres trabalhadoras brasileiras, obrigadas a uma jornada dupla de serviço", disse a deputada, que também já foi juíza no interior de seu Estado.

A emenda conseguiu exatamente o número de votos mínimos para ser rejeitada: 47 constituintes votaram não, 38 sim e dois se abstiveram.

## EMENDA BRANDÃO MONTEIRO

Estabelece o voto proporcional



PMDB

- Abgail Feitosa
- Ademir Andrade
- Almir Gabriël
- Carlos Mosconi
- Carlos Sant'Anna
- Celso Dourado
- Cristina Tavares
- Fernando Henrique Cardoso
- Fernando Lyra
- Francisco Pinto
- Haroldo Sabóia
- João Calmon
- João Herrmann Neto
- Manoel Moreira
- Nelson Carneiro
- Nelson Jobim
- Netton Friedrich
- Nilson Gibson
- Paulo Ramos
- Severo Gomes
- Sigmaringa Seixas
- Virgíldio de Senna
- Antônio Mariz
- Chagas Rodrigues
- Daso Coimbra

SIM

- João Agripino
- José Costa
- Michel Temer
- Octávio Elisio
- Roberto Freire
- Ulrico Pinto
- Vilson Souza

PFL

- Afonso Arinos
- Christóvam Chiaradia
- Edme Tavares
- Eraldo Tinoco
- Francisco Dornelles
- Inocência Oliveira
- José Jorge
- José Santana de Vasconcelos
- Luís Eduardo
- Oscar Correa
- João Menezes
- Jofran Frejat
- Jonas Pinheiro
- José Tinoco
- Ricardo Iزار
- Valmir Campelo

PDS

- Virgílio Távora

PDT

- Brandão Monteiro
- José Maurício
- Lysiane Maciel

PTB

- Gasstone Right
- Ottomar Pinto

PT

- Luiz Inácio Lula da Silva
- Plínio Arruda Sampaio

PL

- Adolfo Oliveira

PDC

- José Maria Eymael
- PC DO B
- Haroldo Lima
- PCB
- Roberto Freire
- PSB
- Beth Azize

NÃO



PMDB

- Aluizio Campos
- Bernardo Cabral
- Cid Carvalho
- Egídio Ferreira Lima
- Fernando Bezerra Coelho
- José Fogaça

José Richa
- José Serra
- Oswaldo Lima Filho
- Pimenta da Veiga
- Raimundo Bezerra
- Renato Vianna
- Israel Pinheiro
- José Tavares

PFL

- Antônio Carlos Mendes
- Thame
- Arinaldo Prieto
- Carlos Chiarelli
- José Lins
- Osvaldo Coelho
- Sandra Cavalcanti
- Paes Landim

PDS

- Antônio Carlos Konder
- Reis
- Gerson Peres
- Adilson Motta
- Bonifácio de Andrada

PTB

- Francisco Rossi

PMDB

- Antônio Britto
- Artur da Távola
- Ibsen Pinheiro

## ABSTENÇÕES

## Nordeste mostra sua força

Os membros das bancadas do Norte e do Nordeste, que integram a Comissão de Sistematização, mostraram ontem sua força ao aprovar por 47 votos contra 43 e duas abstenções emenda do deputado Osvaldo Coelho (PFL-PE), que estabelece em 60 o número máximo de deputados federais por Estado. A aprovação modificou o § 2º do artigo 52 do substitutivo do relator Bernardo Cabral, que previa este limite em 80 deputados à Câmara. De acordo com o artigo 19 das Disposições Transitórias, fica assegurada a irreduzibilidade do número atual de representantes estaduais.

O resultado apertado da aprovação da matéria refletiu a polémica causada com a apreciação da emenda, que fez o presidente da Comissão, senador Afonso Arinos, conceder mais de meia hora de apartes e questões de ordem. Os paulistas viram nesta proposta uma ameaça à sua representação majoritária e ganharam durante a discussão da proposta a providencial defesa do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que não faz parte da Sistematização. Vários constituintes chegaram a pedir a suspensão da reunião, mas a Mesa não

consentiu, pois a matéria já havia sido adiada há dias.

Toda a discussão assumiu um caráter de defesa do regionalismo e foi preciso o próprio senador Afonso Arinos apontar este fator como um dos "riscos e razão para temer o fim do século" para amenizar a polêmica. Alertou para o perigo da "sucessão" e disse: "Uma das pessoas mais importantes deste País, hoje, me disse que o grande risco nacional é a confrontação nacional, é a secessão", sem querer revelar quem foi o seu confidente.

Depois de enumerar como os outros dois riscos do final de século a difusão das drogas entre os jovens e o terrorismo, Arinos conseguiu mais uma vez acalmar os ânimos. O deputado José Genoíno (PT-SP) ainda tentou levantar nova questão de ordem, mas se rendeu ao apelo carinhoso do senador para que ele se sentasse, favorecendo o processo de votação da matéria. Prevalceu a defesa dos nordestinos, sintetizada nas palavras do deputado Celso Dourado (PMDB-BA): "Não queremos prejudicar os paulistas, mas sim estabelecer a harmonia entre as unidades da Federação". Na sua avaliação, o Nordeste vem sendo discriminado.